

TESES E DISSERTAÇÕES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FE-UFG

TESES

TÍTULO: “PREFIRO FICAR EM CASA”: A REPRODUÇÃO DO CAPITAL E O ATENDIMENTO ESCOLAR DE POPULAÇÕES RURAIS A PARTIR DE SINOP-MT.

AUTORA: Ivone Cella da Silva

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa

DEFENDIDA EM: 08/05/2014

RESUMO: Esta tese inscreve-se na Linha de Pesquisa “Educação, Trabalho e Movimentos Sociais”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. O objetivo do estudo foi analisar as condições do atendimento escolar para as crianças do meio rural, a partir do município de Sinop-MT, situado na Amazônia Legal Matogrossense, região de fronteira agrícola. A pesquisa empírica foi realizada no ano de 2012 e teve como estratégias metodológicas a observação em três escolas municipais que atendem crianças filhas de trabalhadores rurais, sendo duas urbanas e uma rural, mediante descrições em caderno de campo e transcrições de entrevistas com crianças, pais, professores, coordenadores e diretores das escolas, gestores de diferentes setores da SME, presidente da cooperativa de produtores rurais e trabalhadores rurais. Pensar o espaço social com a teoria da prática de Bourdieu e comentadores é a fundamentação teórico-metodológica para a realização da pesquisa e para a análise e sistematização dos dados, enfatizando os sentidos da escola para os sujeitos que compõem a comunidade escolar. As análises produzidas permitem afirmar que há lacunas entre o que é dever do Estado e as condições de atendimento escolar. O precário oferecimento do transporte escolar é a única possibilidade de acesso das crianças à escola. A escola como espaço público, democrático, de direitos e de apre-

ndizagens permanece desafiando as políticas públicas de atendimento escolar das crianças filhas dos trabalhadores rurais no município de Sinop-MT.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Transporte escolar. Trabalhadores rurais.



TÍTULO: INTUIÇÃO E CONCEITO: A TRANSFORMAÇÃO DO PENSAMENTO MATEMÁTICO DE KANT A BOLZANO

AUTOR: Humberto de Assis Clímaco

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ildeu Moreira Coêlho

DEFENDIDA EM: 30/05/2014

RESUMO: Inserida na linha Fundamentos dos Processos Educativos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, esta tese reflete de maneira original sobre os fundamentos de questões centrais para a Educação Matemática na atualidade, abrindo novos horizontes para essa área do conhecimento. Discute a transformação da relação entre intuição e conceito na filosofia da matemática ocorrida no início do século XIX, quando a natureza do conhecimento matemático passou por modificações tão profundas que a matemática passou a ser chamada de Matemática Pura, tema que é relevante para compreender a contradição entre a simplicidade e a clareza buscadas pelos criadores da Matemática Pura ao torná-la uma linguagem, e a dificuldade e a falta de significados com que ela costuma ser vista nas escolas. A forma de conceber o conhecimento foi alterada profundamente por essa transformação e, em particular, mudou o significado da intuição. A obra de Kant foi discutida devido ao papel construtivo que o filósofo atribuiu, em seu período crítico, à intuição do sujeito. Com a obra de Kant, inaugurou-se na filosofia uma questão genética sobre as origens e as condições em que ocorre o conhecimento, donde deriva a importância que adquiriu em seu sistema a capacidade do sujeito de perceber objetos por meio das noções de espaço e de tempo, consideradas condições para qualquer conhecimento. Kant conclui que o que torna o conhecimento possível é o fato de que para sua elaboração contribuem a intuição e a ação construtiva “s” do sujeito, e que é assim que ele alcança o conceito, representação geral, partindo da intuição, representação particular. Bolzano procurou eliminar das investigações sobre a teoria da ciência o estudo das condições e das origens do conhecimento, que ele considerou como algo social que deveria ser escrito numa ordem que permitisse que ele fosse comunicado. Por isso, negou que espaço e tempo pudessem fundamentar a linguagem e a matemática, e procurou criar princípios aptos a reorganizar o conhecimento numa estrutura hierárquica em que as verdades mais conceituais não pudessem ser fundamentadas pelas mais intuitivas. Embora Bolzano não tenha investigado o processo de aprendizagem em si, a importância que ele deu à educação foi tão grande que em sua obra mais importante, *Doutrina da Ciência* (Wis-

senschaftslehre), ele definiu a ciência como determinado conhecimento organizado de maneira a compor um livro didático. As consequências filosóficas, científicas e culturais da Revolução Industrial, ocorrida no início do século XIX, foram estudadas nesta tese porque foi no contexto de sua emergência que surgiram processos profundos, de um lado, de publicização do conhecimento por meio da reorganização das universidades, do surgimento das grandes Escolas Politécnicas que precisavam formar engenheiros em larga escala, da proliferação de publicações com preocupações educacionais; e de outro de busca por reorganizar o conhecimento surgido nos séculos anteriores de maneira hierarquizada de acordo com princípios, o que levou a uma busca por tratar de maneira teórica o conhecimento até então visto como um conjunto de verdades isoladas. O estudo dos autores tratados na tese, sobretudo as obras de Kant e de Bolzano, foram feitas com base em seus originais, e o eventual recurso a comentadores não substituiu a leitura de suas obras.

PALAVRAS-CHAVE: Kant. Bolzano. Intuição. Conceito.



TÍTULO: INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NAS
CAPITAIS BRASILEIRAS: A LUTA POR UMA NOVA HEGEMONIA POLÍTICA

AUTOR: Paulo Eduardo dos Santos

ORIENTADOR: Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral

DEFENDIDA EM: 11/07/2014

RESUMO: Este estudo está inscrito na linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás (UFG) – que tem como eixo central a análise do Estado, as transformações, os impactos e os desdobramentos efetivos decorrentes de suas ações na formulação de políticas públicas, sobretudo no campo da educação. Sendo assim, o objetivo geral dessa tese é compreender, com base em documentos legais e na percepção dos conselheiros representantes dos trabalhadores em educação e do poder executivo, o processo de institucionalização dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) das capitais brasileiras, especialmente, os da Região Centro-Oeste. Ressaltamos que os CMEs são aqui compreendidos como órgão de Estado, de articulação política, localizado entre o governo e a sociedade civil para tratar de assuntos educacionais. Para a realização deste estudo foi utilizada como referencial de análise, sobretudo, a partir da perspectiva teórica gramsciana, conceitos como sociedade civil, sociedade política, Estado, hegemonia, relação de forças e, além disso, aspectos da descentralização político-administrativa advinda do modelo federalista brasileiro. No tocante à realização da pesquisa propriamente dita, optou-se pelo método de investigação, cuja referência principal está baseada na análise de abordagem dialética, e assim, buscou utilizar uma combinação de diferentes

técnicas de coletas de dados e de análise da realidade como: pesquisa bibliográfica, análise de documentos legais referentes aos CMEs de todas as capitais brasileiras, bem como se recorreu à aplicação de questionários aos conselheiros municipais de educação representantes do poder executivo e dos trabalhadores em educação das três capitais da Região Centro-Oeste. Vale esclarecer que esses sujeitos foram escolhidos com base no encontrado na etapa exploratória desse estudo que os detectou como os segmentos representativos com maior representatividade nos CMEs das 26 capitais brasileiras. O presente estudo, ao investigar o processo de institucionalização dos CMEs das capitais brasileiras, e em especial, os das capitais da Região Centro-Oeste, constatou que eles são palco de luta política e espaço de relações de força em que a disputa entre um caráter burocrático e um democrático é constante e cotidiana. Tal constatação parece indicar que é exatamente nesse movimento contraditório entre uma atuação burocrática e/ou democrática, que está a possibilidade de os conselhos municipais de educação tornarem-se “trincheiras avançadas” de fato. Pois, é na realidade concreta que as lutas hegemônicas são travadas, que os projetos de sociedade e de educação são confrontados e que se constituem novas relações entre sociedade civil e sociedade política, na tentativa de estabelecimento de um novo Estado e uma nova sociedade. Constatar que os CMEs atuam preferencialmente de forma burocrática parece indicar a força da realidade concreta se exercendo sobre eles; entretanto, não significa dizer que tal circunstância é um destino, pois, ao mesmo tempo em que a realidade objetiva se impõe, ela cria espaços para sua superação. Assim, não é possível afirmar que os CMEs são apenas burocráticos ainda que este aspecto prevaleça, mas tal prevalência pode estar relacionada aos limites estruturais que o sistema capitalista impõe a qualquer organização social de cunho democrático. Por certo, não há um conselho pronto e acabado, pois ele se constitui em um processo particular de institucionalização. Desse modo, pode-se afirmar que os conselhos são, de fato, espaço de disputas, lugar de relações de força.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Políticas públicas. Conselho de Educação.



TÍTULO: O PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO NA VISÃO DOS JOVENS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA

AUTOR: Sebastião Pereira dos Santos

ORIENTADOR: Prof^a Dr^a Mirza Seabra Toschi

DEFENDIDA EM: 11/07/2014

RESUMO: O Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) traz em sua denominação uma ênfase na disponibilização do equipamento para o aluno. Diferentemente de iniciativas governamentais anteriores de inclusão de equipamentos de informática nas escolas públicas, que se configuraram com a entrega de laboratórios, esse pro-

grama já declara em seu nome a intenção de contemplar o aluno com a entrega de um computador portátil individual. Assim, o estudo teve por objetivo geral verificar as formas como os alunos das escolas públicas contempladas em Goiânia com o PROUCA utilizam os equipamentos recebidos e a compreensão que possuem quanto às possibilidades e limites desse programa em sua realidade escolar. O PROUCA foi instituído pela Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010, com a proposta de promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, mediante à utilização de computadores portáteis denominados laptops educacionais. Com o intuito de contribuir na elaboração de conhecimentos sistematizados sobre o programa, esta pesquisa teve como foco os usos que os jovens fazem dos laptops recebidos do programa citado e a compreensão dos limites e possibilidades em sua realidade escolar. Buscou-se também investigar como o PROUCA foi pensado e implantado nas escolas públicas. Para tanto, foi feita uma revisão de literatura no sentido de verificar as experiências já registradas – nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação de universidades brasileiras, em alguns livros já publicados e nos relatórios de avaliação sobre o PROUCA, bem como uma pesquisa exploratória, por meio de visitas a algumas escolas do estado de Goiás contempladas com equipamentos desse programa. Com os dados obtidos nessa pesquisa exploratória, definiu-se as escolas que seriam lócus de investigação, bem como os instrumentos metodológicos para orientá-la. É uma pesquisa de cunho qualitativa, com uma abordagem dialética, verificando a utilização que os jovens fazem dos equipamentos recebidos do programa em pauta e o grau de inclusão digital proporcionado por ele. O referencial adotado conta, principalmente, com as contribuições teóricas de Castells (2001; 2006), Lévy (1993; 1997; 1999), Lemos (2002), Kellner e Share (2008), Buckingham (2007), Demo (1981; 2006; 2011), Belloni (2004; 2007; 2008), Franco (2007) e Gatti (2002; 2012). Utilizando a técnica do grupo focal foi possível escutar os sujeitos da pesquisa, no caso alunos jovens de duas escolas públicas de Goiânia, e analisar como eles utilizam os equipamentos recebidos e como se manifestam no seu uso nas atividades em sala de aula. Além da técnica do grupo focal, a pesquisa contou, ainda, com outros procedimentos metodológicos, tais como: acompanhamento e observações de aulas com o uso dos equipamentos pelos alunos; entrevistas semiestruturadas com coordenadoras pedagógicas, professores e gestores escolares; e questionários. Entre os resultados alcançados com a investigação, foi possível verificar que a inclusão digital preconizada pelo programa não ocorre nas escolas investigadas, uma vez que faltam as condições mais elementares para o seu funcionamento na realidade escolar. A imersão digital dos sujeitos das escolas enfatizada pelo PROUCA fica só em nível de potência, uma vez que eles não conseguem ir além da navegação na Internet, não se tornam autores e nem desenvolvem outras ações além do consumo de informações no ciberespaço.

Palavras-chave: Jovens e PROUCA. Inclusão digital na escola. Laptops educacionais e inclusão.

TÍTULO: ESCOLA EM ARISTÓTELES: INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO CULTURAL E ÉTICO-POLÍTICA

AUTORA: Luciene Maria Bastos

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ildeu Moreira Coêlho

DEFENDIDA EM: 21/08/2014

RESUMO: Esta tese, desenvolvida na Linha de Pesquisa Fundamentos dos Processos Educativos, interroga a natureza, o sentido, a ideia, o ser mesmo da escola na formação do homem, questão que deve preceder e iluminar a discussão, a compreensão e a ação, a teoria e a *práxis* no ensino, na aprendizagem, na formação de professores e nas políticas públicas. Escola e formação, preocupadas sobretudo com a profissionalização técnica, o desenvolvimento de habilidades e competências, a lógica da economia e do mercado, empobrecem a constituição do humano no homem, de sua dimensão ética. Este trabalho pensa, com a filosofia, as concepções e práticas próprias da escola como organização a serviço dos interesses econômicos dominantes na atual forma de sociedade. O esforço de compreender o sentido e a natureza da educação e da escola, inseparável da vida coletiva, da cultura e da formação, bem como de novos horizontes de pensamento e ação, segue as luzes da Grécia Antiga, em especial nos séculos V e IV a. C. Privilegia a grandeza e o rigor do *Corpus Aristotelicum*, em especial a Ética a Nicômaco e a Política, sua discussão da *práxis*, da *areté*, excelência, virtude moral, da *eudaimonía*, felicidade, da natureza política do ser humano, fundamental para se pensar o que é a educação, a formação e a escola. O texto está estruturado em três capítulos. O primeiro procura compreender as raízes gregas de nossa concepção de homem, de política, de vida coletiva e de educação, essenciais para se pensar e recriar a escola. Os gregos nos legam a razão política, o primado da vida em comum, consubstancializada pelos laços da *philia*, amizade, confirmados pelo olhar do outro. O cidadão se sente parte de um todo, ao participar efetivamente da vida pública, assumindo a responsabilidade pelo que é de todos e orientando suas escolhas e ações pela busca do bem comum. Esse modo de vida somente se edifica por meio da educação como *paideia*, formação cultural e ético-política com vistas na *areté*, modo excelente de vida. O segundo capítulo discute o homem como ser de *lógos*, a *phrónesis* como ato de pensar e deliberar sobre os costumes, as leis e os valores, orientando as decisões e escolhas no sentido da excelência. A finalidade da vida humana supõe a subsunção dos desejos e interesses à razão, e a busca da vida boa, animada pela justiça, pela liberdade, pelo bem comum. Formar o homem, o cidadão que verdadeiramente participa da vida coletiva, buscando sempre o bem comum não é desenvolver habilidades e competências, capacitá-lo para desempenhar funções e cumprir tarefas, ao contrário, é dar forma, atualizar sua autonomia e liberdade, visando à instituição da vida ética, moralmente virtuosa. O terceiro capítulo estuda a vida humana como inseparável da *skholé*, ócio, liberdade criativa, não premida pelas necessidades. Esse tempo é o fundamento ontológico da escola como instituição de formação do homem

excelente, autônomo e livre, comprometido com a vida boa, a vida ética; e que não se deixa reduzir a centro de treinamento e de preparo para o trabalho, ministrando conteúdos supostamente úteis ao mundo da produção.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Escola. Formação. Bem comum. Excelência. Grécia Antiga.



DISSERTAÇÕES

TÍTULO: AUXILIAR DE ATIVIDADES EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E TENSÕES DE UMA OCUPAÇÃO NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA

AUTORA: Eliane Garcia de Brito Edir

ORIENTADOR: Prof. Dr. Wanderson Ferreira Alves

DEFENDIDA EM: 28/08/2014

RESUMO: Este estudo está inserido na linha de pesquisa Educação, Trabalho e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Tivemos como objetivo principal analisar o movimento histórico de gênese e de desenvolvimento da ocupação de Auxiliar de Atividades Educativas, cujas trabalhadoras atuam juntamente com as professoras no atendimento às crianças, nos Centros Municipais de Educação Infantil e nas escolas municipais que possuem turmas de pré-escola da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. Partimos do entendimento de que conhecer a constituição e a evolução do cargo de Auxiliar de Atividades Educativas na Rede Municipal de Educação de Goiânia é um aspecto de fundamental importância para a compreensão da realidade da educação infantil que hoje compõe legalmente a primeira etapa da Educação Básica do sistema educacional brasileiro. O presente trabalho de pesquisa é orientado por uma visão sócio-histórica de homem e de sociedade e para alcançar os objetivos a que este estudo se propõe, optamos pelo desenvolvimento de uma pesquisa predominantemente qualitativa. Para o desenvolvimento das análises inicialmente buscamos realizar uma ampla revisão bibliográfica acerca do trabalho, do trabalho exercido por mulheres, do trabalho docente, da infância e de sua educação. Desenvolvemos também uma análise documental considerando o conteúdo da Constituição Federal (CF, 1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil (2009). Em âmbito municipal analisamos Resoluções do Conselho Municipal de Educação, Regimentos da Educação Infantil no Município de Goiânia e outros dados e documentos que

levantamos na Secretaria Municipal de Educação. O próximo passo foi a proposição de entrevistas com a intenção de reconhecer o contexto histórico da criação da ocupação de Auxiliar de Atividades Educativas em Goiânia. Buscamos nessa tarefa identificar os atores participantes e inteirar-nos das circunstâncias e dos fundamentos da necessidade de se criar o cargo de Auxiliar de Atividades Educativas no intuito de se compor um quadro que possa ilustrar o processo de criação do cargo de Auxiliar de Atividades Educativas e que nos possibilite refletir acerca das implicações da criação dessa ocupação para a educação infantil no município de Goiânia. O estudo mostrou que a proposição do cargo de Auxiliar de Atividades Educativas ocorreu no percurso de transição da responsabilidade da educação infantil para a Secretaria Municipal de Educação e baseou-se em um triplo argumento: a necessidade imediata de contratação de pessoal, a intenção de transitoriedade dessa ocupação e a iminente elevação da formação do pessoal para o trabalho na educação infantil. Essa pesquisa revelou, entretanto, os dissensos desses argumentos, visto que a necessidade de contratação de pessoal não foi superada; tem havido retrocesso no nível de exigência de formação desses profissionais e, a despeito dessa transitoriedade, a regulamentação e a efetivação do cargo de Auxiliar de Atividades Educativas apontam, ao contrário, para a sua consolidação em caráter definitivo.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente. Auxiliar de Atividades Educativas. Educação Infantil. Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.



TÍTULO: A ADEQUAÇÃO DO CURRÍCULO PARA ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS COMUNS DE GOIÁS: ENTRE O PRESCRITO E O REALIZADO

AUTORA: Gláucia Resende Marra Pereira

ORIENTADOR: Prof^a Dr^a Susie Amâncio de Roure

DEFENDIDA EM: 29/08/2014

RESUMO: Neste trabalho analisou-se a adaptação curricular para alunos com deficiência auditiva nas escolas comuns de Goiás. A partir da Constituição Federal de 1988, iniciou-se, no Brasil, o movimento de democratização escolar que ganhou expressividade com a introdução da educação especial. A inclusão de crianças com deficiência na escola comum provocou debates, tanto em relação à defesa quanto à oposição dessa modalidade educacional na escola regular. Levantaram-se várias questões, por exemplo: Como ensinar esses alunos? O currículo, eixo norteador do processo educativo, é o mesmo para todos? Neste trabalho adotou-se uma análise documental, com base em publicações do MEC, tendo como referencial teórico Vigotski (1983) e seus estudos acerca da aprendizagem de crianças com deficiência. Contou-se também com a análise histórica da educação de surdos de acordo com Goldfeld (2002). Entende-se que a

diversidade seja uma realidade que a escola procura equacionar no seu dia a dia. Desse modo, para analisar a escola democratizada, buscou-se na literatura sobre a inclusão autores que tratam do tema, tais como: Mantoan (2009); Raws (1981); Moreira, (2010); Dubet (2008); Esteve (2004). Em um mundo globalizado, não há como negar à força do que é decidido nos organismos internacionais, entre os quais o Banco Mundial, a UNESCO, a ONU, para a elaboração das políticas públicas educacionais que direcionam as ações na escola. A globalização, com implicação no processo educativo, é aqui discutida com respaldo em Sacristán (2007), além dos autores mencionados. Analisaram-se, neste trabalho, alguns fatores que envolvem essa temática: formação docente, currículo prescrito, educação bilíngue, entre outros conceitos inerentes à pluralidade que constitui a sociedade, como diferença e igualdade de oportunidades. Objetivou-se investigar como a escola articula o currículo na educação dos alunos com surdez em Goiás. Considerou-se necessário pesquisar o campo do currículo no Brasil, desde sua origem e desenvolvimento, para a compreensão do currículo da diversidade nos dias atuais. Teve-se como fundamento as concepções de Moreira (1990, 2010) e Sacristán (1998). Para complementar a análise, realizou-se uma investigação em duas escolas inclusivas de Goiânia. Buscou-se verificar se o que está expresso no Projeto Político Pedagógico é contemplado nos planejamentos dos professores, conforme orientam as diretrizes governamentais e a fundamentação teórica da educação inclusiva. Constatou-se que, do início da educação inclusiva aos dias de hoje, as propostas curriculares foram radicalmente mudadas para os alunos, e as dificuldades por que passa o sistema educacional geral afetam também os alunos com deficiência. Nem sempre o que é determinado pela legislação é o que acontece na escola comum inclusiva. A prática educativa se dá de acordo com as condições materiais da escola e seus recursos humanos, o que, no caso da educação inclusiva, apresenta lacunas que comprometem a qualidade da educação. Verificou-se que o currículo prescrito muitas vezes é substituído pelo currículo oculto, discutido neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade. Adaptação curricular. Surdez. Educação Inclusiva. Diferença. Igualdade de oportunidade.



TÍTULO: O PROGRAMA SALTO PARA O FUTURO NO DISTRITO FEDERAL (1992-2000): LIMITES E POSSIBILIDADES NA PERCEPÇÃO DOS ORIENTADORES DE APRENDIZAGEM

AUTORA: Soraya Marques Pereira

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Marília Gouveia De Miranda

DEFENDIDA EM: 29/08/2014

RESUMO: Este estudo discute, por meio da análise e percepção dos orientadores de aprendizagem que atuaram no Programa Salto para o Futuro no Distrito Federal, o processo de formação contínua, compreendendo particularmente, o trabalho desenvolvido por esses profissionais, tendo em vista, as características, os limites e as possibilidades do referido Programa, entendido aqui como política pública na modalidade de educação a distância adotada pelo MEC. Foi escolhido para esse estudo o período compreendido entre 1992 a 2000, data de início e término do Programa no DF. Realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa utilizando os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico em teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Educação e publicadas no Portal da Capes, entrevistas semiestruturadas com cinco ex-orientadores de aprendizagem que atuaram no Programa Salto para o Futuro e análise documental de Relatórios Finais de Cursos oferecidos pelo Programa. O texto está dividido em capítulos: o primeiro apresenta cinco grandes temas que nortearam toda a pesquisa, tais como: a formação contínua de professores, a educação a distância, a TV na escola e a interatividade. O segundo capítulo traz o histórico do Programa Salto para o Futuro no Brasil e no DF e ainda apresenta trabalhos de pesquisadores que investigaram o Programa. O terceiro capítulo expõe a visão, as concepções e as experiências relatadas pelos orientadores de aprendizagem no Programa. Embora reconheçam que o Programa Salto para o Futuro tenha contribuído em alguma medida para a formação contínua de professores no DF, os orientadores de aprendizagem evidenciaram algumas contradições do processo. Sobre a questão da interatividade, por exemplo, essa teria se efetivado de modo incompleto, tendo em vista que a comunicação entre os sujeitos envolvidos foi deficiente, não se configurando um efetivo diálogo entre os professores cursistas, orientadores de aprendizagem e especialistas.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Salto para o Futuro. Educação a Distância. Formação de Professores. Orientadores de Aprendizagem.



TÍTULO: FORMAÇÃO EM ADORNO E HORKHEIMER

AUTORA: Icarai Daiane Santana

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Mona Bittar

DEFENDIDA EM: 29/08/2014

RESUMO: Este trabalho tem como objeto de estudo a concepção de formação na perspectiva de T. W. Adorno e Max Horkheimer, buscando compreender os entres e as possibilidades de um projeto de formação cultural (*bildung*) considerando o contexto no qual o indivíduo se constitui e se humaniza. Para tanto, recorreremos à pesquisa bibliográfica. Pensar a questão da formação é tarefa crucial para transformar a ação

educativa em uma educação formativa de sujeitos autônomos e éticos que possam contribuir para a criação/resgate de valores que dignificam o homem. A *bildung* é um conceito polissêmico que alcança as dimensões política, econômica, social e cultural que a determinam. Exige a reflexão sobre si mesma, seus limites e determinantes sociais, denunciando a instrumentalização da razão e da formação. É fundamental, nessa discussão, a apreensão das categorias razão (subjetiva e objetiva), semiformação (*halbildung*) e experiência formativa, esclarecimento e indivíduo. São conceitos explicitados na teoria crítica da “Escola de Frankfurt”, quando essa analisa os nexos constitutivos que conformam a sociedade capitalista e as implicações para a formação. Adorno e Horkheimer denunciam que o pensamento e a prática efetiva para a formação encontram-se obstaculizados pelo domínio da racionalidade instrumental arraigada em todas as instâncias da vida social. Apontam elementos e princípios na perspectiva de uma formação para a autonomia e o pensamento crítico, assim como os limites da concepção de formação atual e seu caráter de adaptação, reprodução e manutenção das condições sociais vigentes, convertendo-se em semiformação.

PALAVRAS-CHAVE: Razão subjetiva/objetiva. Formação. Semiformação.



TÍTULO: A LITERATURA INFANTIL E A PRÁTICA FORMATIVA NA PRÉ-ESCOLA: DIALOGANDO COM QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA INDÍGENA

AUTORA: Cleide Santos Sousa

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Ivone Garcia Barbosa

DEFENDIDA EM: 04/09/2014

RESUMO: Este trabalho dissertativo faz parte do projeto “Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas”, desenvolvido no Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos – NEPIEC da FE/UFG. O estudo teve como objetivo analisar a prática pedagógica na Pré-escola na cidade de Altamira-Pará, considerando que as crianças tenham acesso a Literatura Infantil como possibilidades formativas e socializadora de conhecimentos acerca dos povos indígenas. O marco teórico da pesquisa é a perspectiva histórico dialética, tendo em vista, a necessidade de identificar as determinações do objeto em estudo, e compreendê-lo a partir da contextualização e reflexão crítica do problema, uma vez que a pesquisa interliga-se a várias questões de ordem histórica, política, econômica, social e cultural. Além disso, tem-se como referência o caminho percorrido na produção do conhecimento científico e as reflexões suscitadas no encontro da teoria com a prática. O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro capítulo aborda a Educação Étnico-racial e destaca produções teóricas e documentos que fazem parte dessas discussões, tais como, a Constituição Federal de 1988; LDB nº 9.394/96; Lei nº 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Indí-

gena. No segundo capítulo abordou-se a Educação Infantil, Literatura e Formação Humana: reflexões conceituais, com a finalidade de proporcionar leituras conforme a perspectiva histórica dialética acerca da educação infantil e da arte literária e suas possibilidades formativas. No terceiro capítulo constam abordagens sobre a Literatura Infantil e a Prática Formativa em Pré-escolas de Altamira: reflexões sobre a cultura indígena. Neste constam: a identificação do contexto de realização da pesquisa; discorre-se acerca das práticas docentes, considerando as finalidades dos trabalhos realizados com as crianças por meio da Literatura Infantil. Os resultados da pesquisa mostraram que as leituras são realizadas predominantemente nas salas de aula com as crianças; há poucos livros de Literatura Infantil comparando-se com o quantitativo de crianças atendidas nas pré-escolas do município; a Literatura Infantil é utilizada pelas docentes com a finalidade de deleite; e para facilitar o processo de aprendizagem de conteúdos, constatou-se também a necessidade de material nas pré-escolas para melhor favorecer práticas educativas que reconheça e valorize a cultura indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil. Pré-escola. Cultura indígena. Relações étnico-raciais.